A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO SETOR DE MORADIA POPULAR: CENÁRIOS PROSPECTIVOS

Claudia Karina Ladeia Batista¹, Ivan Marcio Gitahy Junior², Raquel Rosan Christino Gitahy

¹Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS, Campo Grande, MS. ²Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Presidente Prudente – SP. E-mail: raquel@unoeste.br

RESUMO

O desenvolvimento de políticas públicas na área da habitação pressupõe não só o conhecimento dos dados atuais, mas a capacidade de, segundo a prospecção de cenários, antecipar-se no conhecimento dos prováveis quadros de déficit habitacional a serem enfrentados no futuro. O presente trabalho analisa a moradia enquanto indissociável da dignidade humana e discute as contribuições da tecnologia no desenvolvimento de políticas públicas do setor habitacional. O desenvolvimento deu-se por meio de pesquisa bibliográfica e aplicação do método dedutivo. A pesquisa permite concluir que, por meio do uso de “cenários prospectivos” é possível à administração pública, conhecendo os possíveis cenários, direcionar mais adequadamente os programas habitacionais de modo a desenvolver, de maneira mais eficaz, políticas públicas destinadas à redução do déficit habitacional.

Palavras-chave: Cenários prospectivos. Desenvolvimento. Déficit habitacional. Moradia. Políticas Públicas.

TECHNOLOGY OF IMPORTANCE IN THE SERVICE OF PUBLIC POLICY DEVELOPMENT IN POPULAR HOUSING SECTOR: PROSPECTIVE SCENARIOS

ABSTRACT

Development of public policies in the area of housing presupposes not only knowledge of current data, but the ability to, according to survey scenarios to anticipate the knowledge of the likely frame housing deficit to be faced in the future. This paper analyzes housing as inseparable from human dignity and discusses the contributions of technology in the development of public policies in the housing sector. The development took place through literature research and application of the deductive method. The research shows that, through the use of "prospective scenarios" Can the government, knowing the possible scenarios, direct more adequately the housing programs in order to develop more effectively, public policies aimed at reducing the deficit housing.

Keywords: Future scenarios. Development. Housing déficit. Housing. Public Policy.

INTRODUÇÃO

Compreender as dimensões do direito à moradia na atualidade é essencial ao estabelecimento de metas e desenvolvimento de meios para minimizar o problema habitacional no Brasil.

O direito à moradia tem natureza complexa, cuja observação possui vários vieses. Enquanto fenômeno indissociável da realidade, não se pode abandonar certos fatores condicionantes do regular exercício da vida humana – entre os quais o direito a ocupar um lugar no espaço, bem como o acesso a condições que façam de tal espaço um local capaz de ser habitado (LOPES, 1993, p.21).

Considerando o aspecto sociológico, Enrique Dussel (2002, p. 132) aponta que existem fatores que configuram verdadeiras necessidades humanas que legitimam a ordem normativa estabelecendo determinados conteúdos mínimos e essenciais para que a vida se desenvolva dignamente. Afirma ainda que as exigências humanas de alimento, casa, segurança e soberania, valores e identidade cultural “constituem elementos de formação da própria humanidade, sendo, portanto, os conteúdos mais relevantes da vida humana” (2002, p. 134).

Desde os primórdios da humanidade há relatos que apontam a existência do abrigo como uma espécie de “cápsula de sobrevivência”. Além da referida proteção os abrigos constituem ainda auxílio contra as vicissitudes do clima, minimizando a sujeição humana às intempéries. Mas o vínculo do homem com o lugar que o abriga é mais de que laço utilitário decorrente de necessidades físicas. A casa é o lugar do sonho, do aconchego, da intimidade, da paz. Sua importância em termos psicológicos é bem definida por Sonia Grubits (2003, p. 97):

A casa é o termo mais carregado de ressonância afetiva, mais capaz de desencadear tantas lembranças, tantos sonhos, tantas paixões: a casa da infância, a casa da família, a casa das férias, a casa dos sonhos matrimoniais, a casa de retiro, a última morada. [...] A imagem da casa, alegre ou não, nos acompanha ao longo da vida. Esse arquétipo ligado à nossa segurança, amores, posses, status social, está inscrito mais profundamente em nós, até na nossa parte mais primitiva e animal, como concha para o caracol.

A sensação de pertencimento é inerente ao direito à moradia e condição inata do ser humano. A casa é, portanto, “é o centro geométrico do mundo [...] tudo é tão penetrado de afetos, móveis, cantos, portas e desvãos que mudar é perder uma parte de si mesmo, é deixar para trás lembranças que precisam desse ambiente para reviver.” (PAGANI, 2009, p. 92).

Mas não só no aspecto singular, individual e afetivo de seus ocupantes a casa tem importância. Não menos relevante é o aspecto social inerente à moradia, local físico no qual se

estreitam laços familiares e se encerra a angústia diária de trabalhadores. Nesse sentido FACHIN (2012, p. 267) considera que “a casa é, cada vez mais, o centro da existência, o lar oferece, num mundo duro, um abrigo, uma proteção, um pouco de calor humano”.

A importância do espaço é tamanha que Bernard Edelman *apud* Michele Perrot (2008, p. 308) retrata o quão importante a casa representa para o ser humano:

A casa, o domicílio, é a única barreira contra o horror do caos, da noite e da origem obscura; encerra em suas paredes tudo que a humanidade pacientemente recolheu ao longo dos séculos; [...] A identidade do homem é, portanto, domiciliar [...]

O direito à moradia se enquadra entre os chamados direitos sociais, positivados no art. 6º da CF/88 com a natureza de normas programáticas que, nos dizeres de Krell (2000, p. 20) definem metas e finalidades a serem observadas enquanto “normas-programa” que prescrevem a realização de determinadas tarefas por parte do Estado. Entretanto, aponta o autor, “elas não representam meras recomendações ou preceitos morais com eficácia ético-política meramente diretiva, mas constituem Direito diretamente aplicável.”

A proteção da moradia era tema recorrente no ordenamento jurídico infraconstitucional não só enquanto normas defensivas, mas como verdadeiras normas de exortação ao Poder Público. Sua importância para a dignidade humana é tamanha que foi formalmente inserida no rol dos direitos sociais pela EC26/2000 que alterou a redação do artigo 6º da Constituição Federal¹.

A concretização do referido direito pressupõe implemento de ações estatais de proteção e defesa, notadamente na redução do déficit habitacional por meio do desenvolvimento de políticas públicas. O objetivo do presente trabalho é discutir a contribuição dos avanços tecnológicos a partir da utilização de métodos de construção de cenários prospectivos no planejamento urbano e no desenvolvimento das referidas políticas.

Cabe salientar que o tema, Cenários prospectivos, começa a se fortalecer com o término da Segunda Guerra Mundial com um grupo de pessoas que querem dar um tratamento sério ao futuro com o intuito de prever, predizer ou especular em diversas áreas de conhecimento. Estudos prospectivos representam uma importante ferramenta para atuar no futuro, considerando diversas possibilidades. Tais métodos levam a prospecções, buscando destacar não só tendências e ocorrências dominantes, mas também a possibilidade de transformação do ambiente.

---

¹ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

Para Porter (1992), os cenários podem ser entendidos como um conjunto de suposições plausíveis sobre as incertezas que podem influenciar o objeto de prospecção sempre com uma visão consistente sobre a realidade vindoura.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do trabalho utilizou-se pesquisa bibliográfica por meio de análise da doutrina jurídica pátria e internacional acerca da importância da moradia enquanto direito assegurado, bem como das obrigações do Estado no desenvolvimento de ações positivas para a satisfação de tal direito. Valeu-se ainda do emprego de bibliografia que analisa a importância da moradia sob a ótica da sociologia, da psicologia, da antropologia, entre outros.

O método predominantemente utilizado é o dedutivo, partindo-se de um estudo geral da moradia enquanto direito fundamental social para o plano mais específico de sua essencialidade no plano individual. Subsidiariamente contou a pesquisa com o método indutivo, analisando a ferramenta tecnológica de construção de cenários prospectivos bem como os benefícios de sua utilização como auxílio no desenvolvimento geral de políticas públicas habitacionais de maneira mais eficiente, por meio do direcionamento de recursos para a redução do déficit habitacional.

Inúmeros são os métodos de construção de cenários prospectivos, como: Godet; Schwartz e Global Business Network (GBN); Porter, Impactos Cruzados; Delphi; Teorema de Bayes; Simulação Monte Carlo e o Método Grumbach. Tais metodologias levam em consideração fatores organizacionais e humanos em uma nuance micro macro ambiental sempre com vistas ao futuro.

RESULTADOS

Como resultados da pesquisa evidenciou-se que a moradia há de ser compreendida como direito fundamental com contornos precisos, eficácia não relativa e imprescindível à dignidade humana.

Ademais, enquanto direito social, a moradia supõe o reconhecimento de duas concepções jurídicas essenciais à sua compreensão: em sentido objetivo, direitos sociais podem ser compreendidos como o conjunto de normas através das quais o Estado desempenha sua função equilibradora de desigualdades sociais. Em sentido subjetivo, entende-se como a faculdade dos indivíduos e grupos de participar dos benefícios da vida social, o que se traduz em direitos e prestações desempenhadas direta ou indiretamente pelos poderes públicos (LUNO, 2004, p. 184).

Assim, enquanto direito social a ser assegurado a partir de ações estatais destinadas ao equilíbrio das desigualdades sociais, é essencial à concretização do referido direito a atuação eficiente do Estado no cumprimento de tal encargo.

A ausência ou absoluta inadequação da moradia ainda é a realidade preocupante de parte considerável da população, razão pela qual a presente pesquisa é relevante interesse social.

Sanar o déficit habitacional ou alcançar sua considerável redução pressupõe ações a serem desenvolvidas a curto, médio e longo prazo. Dadas as dimensões continentais do Brasil, dados do IBGE apontam que a solução do déficit habitacional demanda ações distintas conforme as peculiaridades locais ou regionais. Ações tais como a desapropriação para a construção de moradias populares, desenvolvimento de projetos de expansão urbana, atendimento ao plano diretor, abertura de processos licitatórios, entre outros, pressupõe que o Estado seja não só conhecedor da realidade, mas que seja capaz de “delinear” os rumos da realidade que pretende criar, delineando a expansão urbana e as políticas habitacionais a partir do conhecimento das perspectivas de crescimento, elaboradas com o auxílio de cenários prospectivos.

DISCUSSÃO

O direito à moradia representa, na essência, o direito a “ter um teto” e se direciona a todos os Poderes da República, com a especial direção ao Poder Executivo, “[...] a quem cabe desenvolver a política pública concernente ao alcance real da moradia, em especial a moradia popular, elemento constitutivo da dignidade da pessoa humana” (RUSSO JUNIOR, 2006, p.47).

O desempenho de tal múnus público será tanto mais eficaz quanto maior for a adequação das políticas públicas à realidade social. Para o efeito de desenvolvimento mais eficiente de ações destinadas à redução do déficit habitacional o programa.

Não bastasse a insuficiência de moradia em números absolutos, estudos apontam que um terço da população brasileira não possui acesso simultâneo à água tratada e energia elétrica (IBGE, 2013). Em razão das desigualdades o emprego da tecnologia constitui ferramenta importante para considerar a adequação das ações às necessidades.

Segundo os autores Khan e Wiener (1967), a preocupação com o futuro liga-se a cinco fatores de interesse, ou seja: o lucro; a taxa de mudança; a necessidade filosófica, ou seja, o desejo de saber para onde ir; as questões militares, para onde iria o mercado bélico e o modismo do futuro. Seja qual for o fator que impulsiona o conhecimento do futuro, o homem acredita que estudar cenários pode auxiliar a encontrar as respostas desejadas.

CONCLUSÃO

Com o presente estudo, pode-se concluir que, por meio do uso da tecnologia, neste caso utilizando os cenários prospectivos, é possível a administração pública, conhecer possíveis alternativas para direcionar de forma mais adequada programas habitacionais de modo a desenvolver eficaz, eficiente e efetivamente políticas públicas destinadas à redução do déficit habitacional.

Torna-se, importante lembrar que, os cenários gerados representam um espaço amostral de um universo no qual se deve considerar diversas variáveis, fazendo dele uma fotografia momentânea. Sua alteração pode ocorrer a qualquer momento e suas variáveis devem ser acompanhadas. Cenário não representa predição, mas sim uma projeção do passado no futuro.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 07 ago. 2015.
- DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- FACHIN, Luiz Edson. **Teoria crítica do direito civil**. Rio de Janeiro: 2012.
- GRUBITS, Sonia. **A casa: cultura e sociedade na expressão do desenho infantil**. Psicologia em Estudo, v. 8, num. 9, p.97-105, 2003. Versão eletrônica disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa12.pdf>. Acesso em 07 ago. 2015
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. **Série Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica**, nº 32. 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/-visualizacao/livros/liv-66777.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2015.
- KHAN, H.; WIERNER, A. J. **O ano 2000**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967.
- KRELL, Andreas. **Direitos Sociais e Controle Judicial no Brasil e na Alemanha: os descaminhos de um direito constitucional “comparado”**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2002.
- LOPES, José Reinaldo de Lima. **Cidadania e propriedade: perspectiva histórica do Direito à moradia**. Revista Direito Alternativo, 1993.
- LUNO, Antonio Perez. **Los Derechos Fundamentales. Temas clave de la Constitucion Española**. Madrid: Tecnos, 2004.
- PAGANI, Elaine Adelina. **O Direito de Propriedade e o Direito à Moradia: um diálogo comparativo entre o direito de propriedade urbana imóvel e o direito à moradia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

PERROT, Michelle. **História da vida privada no Brasil: da Revolução Francesa à Primeira Guerra.** Michele Perrot ...[et. al.]; tradução Denise Bottman e Bernardo Jofilly. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PORTER, M.E. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

RUSSO JÚNIOR, Rômulo. **Direito à moradia: um direito social.** Tese (Doutorado em Direito). São Paulo: Pontifícia Universidade de São Paulo, 2006.